



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS  
CAMPUS V – JOÃO PESSOA  
CURSO DE BACHARELADO EM ARQUIVOLOGIA**

**THALYTA BRAGA BARBOZA**

**POLÍTICAS DE ARQUIVÍSTICAS NO ESTADO DA PARAÍBA**

**JOÃO PESSOA – PB  
2015**

**THALYTA BRAGA BARBOZA**

**POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS NO ESTADO DA PARAÍBA**

Monografia apresentada ao Curso de Arquivologia, do Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), em cumprimento às exigências da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), como requisito para a obtenção do grau de Bacharela.

**Orientadora: Ma. Esmeralda Porfírio de Sales**

**JOÃO PESSOA  
2015**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

B239p Barboza, Thalyta Braga  
Políticas arquivísticas no Estado da Paraíba [manuscrito] /  
Thalyta Braga Barboza. - 2015.  
45 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em  
Arquivologia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de  
Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2015.

"Orientação: Profa. Ma. Esmeralda Porfírio de Sales,  
Departamento de Arquivologia".

1. Políticas arquivísticas no Estado da Paraíba. 2. Arquivo  
público da Paraíba. 3. Memória. 4. Políticas públicas. I. Título.

21. ed. CDD 020

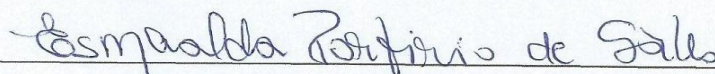
**THALYTA BRAGA BARBOZA**

**POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS NO ESTADO DA PARAÍBA**

Trabalho apresentado ao Curso de Arquivologia, da  
Universidade Estadual da Paraíba como requisito  
para obtenção do grau de Bacharela em  
Arquivologia

Aprovada em: 09 / 07 / 2015

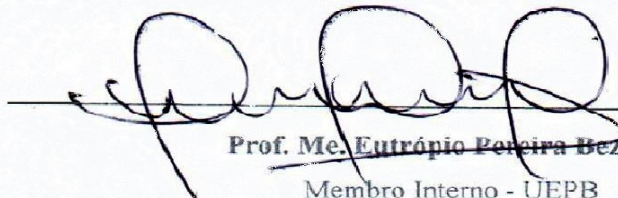
**Banca Examinadora**



**Profa. Ma. Esmeralda Porfírio de Sales**  
Orientadora - UEPB



**Profa. Ma. Anna Carla da Silva Queiroz**  
Membro Interno - UEPB



**Prof. Me. Eutrópio Bezerra**  
Membro Interno - UEPB

*Que sua eminência ordene em todas e em cada uma das províncias que se reserve um prédio público no qual o magistrado (defensor) guarde os documentos, escolhendo alguém que os mantenha sob custódia, de forma que não sejam adulterados e possam ser encontrados rapidamente por quem os solicite, que entre eles haja arquivos e seja corrigido tudo o que foi negligenciado nas cida.*

*(Imperador Justiniano)*

*À minha jóia mais preciosa, à minha melhor amiga, minha companheira de todas as horas, à senhora minha mãe Maria de Fátima Mendes Braga.*

*Dedico.*

## AGRADECIMENTOS

Durante esses quatro anos e meio de curso tenho muito a agradecer, pois sempre trabalhei e estudei e sei que não é nada fácil “ganhar a guerra”, ou melhor, dizendo conquistar à tão sonhada Graduação.

Gostaria de agradecer a Deus e a segunda pessoa não poderia ser outra em hipótese alguma a minha Mãe Maria de Fátima Mendes Braga, que quando eu ficava preocupada, triste ou queria desistir ela dizia vamos para UEPB, você tem aula hoje e de manhã na época da monitoria pegava no meu pé e dizia sempre: “Filha, eu te admiro muito, acorde hoje é dia de monitoria.” E sempre foi me deixar e pegar na UEPB, nos eventos, nas reuniões da Comissão do Arquivo Público da Paraíba e digo: ‘Mainha’, não só sou eu, Flor, que estou me graduando em Arquivologia, o mérito é nosso, obrigada por tudo!

Não poderia deixar de agradecer a minha grande “Mãe” da UEPB, a minha orientadora, Esmeralda Porfírio de Sales uma pessoa que compreendeu todo o meu esforço e me acompanha sempre e pergunta como você está? Que foi minha orientadora no estágio, que sempre foi minha amiga verdadeira e sempre valorizou o meu trabalho não só como arquivista, mas com a Maria Adocicada. Bem Professora, falar da senhora é falar de uma mestra em biblioteconomia que tem um grande prestígio e experiência nos arquivos, que entende todas as leis e sabe todas de cor, que é a Coordenadora do curso de Arquivologia da UEPB, que é minha amiga fiel, obrigada pelos conselhos, pela paciência comigo principalmente por eu ter personalidade formada, pela dedicação, pela imensidade de livros que a senhora confia em minhas mãos, à senhora vai está eternizada na minha vida, pois uma monografia será guardada para sempre, é de fato um documento permanente e nunca poderá ser eliminado e a senhora foi à peça fundamental na minha na minha monografia, meu muito obrigado por tudo!

Jamais poderia esquecer-me de agradecer ao meu irmão Thiago Braga Barboza, por ter sempre apoiado e quando tentei mestrado em Ciência da Informação ter dito “Você parece uma Professorinha, Tá? Vai com a minha pulseira da sorte que vou estar lá com você!”

Ao meu Pai Joaquim Gomes Barboza Neto, por ter dito: “É minha filha, você foi devagarzinho e chegou lá! Está terminando o seu curso.” Painho, meu obrigada, a primeira pessoa que viu meu nome no jornal foi o senhor que eu tinha passado no vestibular. Agora mais uma etapa vencida!

Em memória de meus avós maternos, Raimundo Pires Braga e Nazaré Mendes Braga, que seus últimos suspiros e momentos estiveram ao meu lado.

Em memória de meus avós paternos, Manoel Gomes Barboza e Antônia Francisca Barboza por não estarem mais aqui, mas sei que estão rezando por mim.

Não poderia jamais esquecer as minhas tias-avós Neuza Mendes Correia que foi minha avó e que seu maior sonho era me ver formada, esse dia chegou, pena que a senhora não está mais aqui comigo, mais sei que está rezando no céu por mim. A minha Tia avó Eunice Mendes Onofre, que foi uma grande mulher e uma Tia maravilhosa e tenho certeza que puxei esse jeito determinante, comerciante e verdadeiro a senhora, ao meu tio avô Renato Xavier Onofre seu esposo que acompanhou minha vida, sempre me dando conselhos e contando histórias para me alegrar, sei que não estão mais presentes em minha vida, mas nunca me esquecerei de vocês, eternas saudades!

Aos meus avós adotivos Regina Araújo Pereira e José Alves Pereira que me acompanham desde meus nove anos de idade e sabem bem que eu lutei muito para conseguir chegar a esta graduação, que dão carinho e atenção e estão sempre presentes em minha vida!

A minha tia materna Hilma Braga Castelliano, minha querida Madrinha de batismo, a tia mais parecida comigo, meu obrigada pelos seus conselhos, pelos presentes, pelas viagens, por sempre incentivar meu trabalho, meus estudos, por estar sempre presente em todos os momentos da minha vida mesmo distante, mas presente nos telefonemas e por sempre se preocupar comigo, te admiro muito e me espelho muito em você!

A minha tia materna Gracinha, Maria das Graças Braga, um grande exemplo de mulher. Meu obrigada, pelos conselhos, presentes, viagens, aulas de etiqueta e principalmente pelos livros não é Tia, graças à senhora tenho quase uma biblioteca no meu quarto!

Não poderia esquecer da minha tia Ruth Costa de Almeida, pois toda a família admira a Tia mais estudiosa que tenho, sua calma e seu jeito discreto é perfeito. Obrigada pelos seus conselhos e por tudo!

As minhas tias adotivas Ceres Araújo Pereira Dias, minha tia mais nova, a mais séria e brincalhona de todas te admiro muito e Silma de Araújo Pereira Costa, a minha linda que sempre me escuta e me aconselha sempre, as duas sempre me acompanhando durante todos esses anos. E aos tios adotivos Adriano Dias e José Carlos de Araújo Costa, meu obrigada pela consideração e respeito.

A Josevich Araújo Pereira, pelo apoio como Tio adotivo e incentivo.



Gostaria de agradecer a um tio de consideração, Luiz Cipriano da Silva, por sempre torcer pela minha felicidade e pelo seu bom humor, sempre me fazendo sorrir!

Aos meus primos queridos Kahlil Braga Castelliano, meu primo irmão, a Nilo César Braga Santiago de Lima, o primo mais velho e o conselheiro, a Karina Jerônimo Rodrigues Santiago de Lima, por ter sempre estado presente em toda minha vida, Alberto César Braga Santiago de Lima, pela sua paciência e calma, a Júlio César Braga Santiago de Lima, nos meus estudos sempre foi presente, Igor Magno Costa de Almeida, pela paciência e zelo que tem por todos que o cercam, a Larissa Costa de Almeida, por ser a prima que sempre me espelhei, muito sincera e discreta, estudiosa, a Thaiany Costa de Almeida, por ser sempre destemida e buscar os seus sonhos, a Yasmim Braga Castelliano, meu docinho, a minha irmã mais nova, minha princesa, sempre com um sorriso no rosto e sempre estudando muito para realizar seu sonho.

Aos meus eternos bebês que estão crescendo a cada dia, meus priminhos queridos: Joyce Araújo Costa, minha princesa! José Carlos Araújo Costa Filho, Pedro Augusto Araújo Dias, João Guilherme Araújo Dias. Posso dizer que vocês são uma das minhas grandes inspirações, conheço desde bebês e convivo sempre que posso com vocês, meu muito obrigada por fazerem parte da minha vida!

Gostaria de agradecer a um grande e eterno amigo que nos momentos mais difíceis estava sempre presente na minha vida, que sempre me levanta e me encoraja a você Vaumir do Nascimento Fernandes, meu obrigada por dizer sempre que eu poderia ser o quisesse e que os sonhos viram realidade, mais um sonho concretizado!

A meu grande amigo George da Silva Ribeiro, pelos seus conselhos e seus ensinamentos, guardo sempre comigo.

A meu grande Professor Gerson da Silva Ribeiro, por ter sempre acreditado em mim e dito que queria me ver formada, meu obrigada!

Agradeço a minha amiga. Bem, a pessoa que me conhece mais do que eu mesma, minha grande amiga Eline Maria Pereira Souto, devo muito a você, por ser a pessoa determinada que sou hoje, você faz parte dessa vitória!

Não poderia deixar de falar dela minha Madrinha de crisma, que eu aperreio todos os dias, afinal são 21 anos amizade, “são anos dourados”! Você minha amiga Gi, Gicarla Maria Clemente dos Santos, meus sinceros agradecimentos, pelo companheirismo e a cumplicidade que temos uma com a outra.

A minha grande amiga, Ivani Fernandes e sua filha Vanessa Rodrigues Fernandes, essas conhecem e conheceu toda minha família e fomos vizinhas por muitos anos, meu muito obrigada pelos seus conselhos, ensinamentos e por sempre me ensinar o que é a sabedoria e como podemos usa-la sempre que precisamos.

A minha grande amiga Silvanilza da Silva Valério pela sua essência, é uma das pessoas mais especiais que conheço na vida, e mais simples também, cuida de mim sempre e faz tempo desde minha adolescência até hoje. Minha linda amiga maravilhosa obrigada por tudo!

A meu grande amigo Carlos Aberto Farias, meu anjo, meu grande protetor que reza por mim sempre e que me acompanha em todas as minhas horas de felicidade e tristeza, obrigada!

A minha grande amiga, minha contadora, cliente e conselheira de todas as horas a minha grande amiga Jessica Cássia Silva Brito, meu obrigada por tudo e principalmente pela força e apoio que você me da nas horas mais difíceis, um brinde a nossa eterna amizade!

A minha grande amiga que eu me espelho demais pelo seu sorriso no rosto, Maria do Céu Almeida. Obrigada pela força quando eu tentei mestrado, pela paciência e pelo seu carinho comigo!

Não posso esquecer a pessoa que, quando liguei para ela e disse que ia desistir, me mandou fechar a tese e ler outras coisas e depois voltar para a tese novamente. Essa pessoa está, mesmo distante, sempre presente em minha vida. Meu agradecimento vai para você, Ana Bernadete Accioly, obrigada pela sua presença em minha vida em todos os momentos difíceis que passei, pois você sempre cuidou de mim e me protegeu. Estou realizando o meu grande sonho e não poderia deixar de te agradecer!

A Débora Accioly Dionísio, pelo cuidado nas correções da ABNT dessa monografia, dos artigos que invento de mandar de ultima hora, dos meus 'aperreio's com as citações. Flor, você sempre diz: fique calma, vá dormir, você está cansada! Obrigada pela paciência, por ler com cuidado todos os meus textos, te admiro muito, minha linda amiga, você faz parte dessa Monografia!

A Angela Regina Cabral Souto, pela paciência, pelas fotografias, pela cumplicidade neste momento tão difícil que é a monografia!

A meu grande amigo Van Dantas, meu grande amigo compositor e também historiador, obrigada por tudo!

Ao meu querido amigo Marcelino Nunes da Silva, por ter digitado vários trabalhos no

início da minha graduação, obrigada pela força! Que Deus te abençoe sempre, você é um anjo!

A meu grande amigo Marconildo Viegas pela ajuda que me deu na primeira tentativa do mestrado, meu muito obrigada meu grande e fiel amigo!

A meu grande Professor de inglês Vinícius Ueoka, pela cumplicidade e companheirismo sempre, obrigado, meu amigo.

A minha grande amiga Adriana de Fátima M. L. Costa, obrigada Dri, por sempre ter me dando força, pelos seus conselhos!

A minha amiga de cursinho que saímos, conversamos, estudamos muito nas para o vestibular e somos amigas verdadeiras até hoje Ridete Helena Cardoso Coutinho, obrigada Flor!! Finalmente, a monografia!

Aos meus grandes amigos de curso, a Aline Crispim, a Camila Candido, Faísa Oliveira, do grupo de pesquisa do qual fiz parte, aos meus colegas de sala Auricélia Maria Martins, Daniela Escolástica, Tarcísio Alves Reis, João Henrique Júnior, a Jerferson Higino, a Fernando Coutinho, a Lanaíra Tomé, a Zulmira Maia, a Willamys Guthyers, a Marcela Maria Braga, a Manoel Rocha Júnior aos meus amigos de Monitoria Ramon Magalhães, Jeferson Silva, Ana Beatriz Mangueira. A todos os meus alunos da monitoria, todos muito especiais, por sempre me respeitarem como monitora até hoje, foi um experiência que nunca vou esquecer. Obrigada!!!

Aos meus grandes e eternos Professores, vou guardar seus ensinamentos por toda minha vida! A minha orientadora, Esmeralda Porfírio Sales, com muita honra e respeito.

Ao meu querido e estimado Professor Eutrópio Pereira Bezerra, sem o seu incentivo eu não teria a garra que tenho hoje, obrigada por está sempre presente, pelo seu conselho, e por ter aceitado fazer parte da minha banca da monografia e me dar o prestígio de eternizá-lo em minha vida acadêmica.

À minha doce Professora Anna Carla Silva de Queiroz, por está sempre perto de mim, por me dar conselhos, pela confiança depositada em mim e pela paz que a senhora transmite sempre, obrigada por ter aceitado o meu pedido de participar da minha banca, não teria escolha melhor do que eternizar a senhora na minha vida acadêmica.

Em memória a Professora Briggida Lourenço, pelo seu sorriso e o seu jeito angelical que nunca poderemos esquecer.

À Professora Suerde Miranda de Oliveira Brito por me escutar sempre nessa fase tão

difícil que é a monografia e sempre está tirando dúvidas de citações e da ABNT, pelo apoio ao meu trabalho, obrigada pela força!

A Professora Wendia Oliveira de Andrade, pela força, por esse sorriso que encanta, pelos conselhos, pelas aulas de sumário e citações. Obrigada!

À Professora Jacqueline Echeverria Barrancos, pelos seus ensinamentos deste o meu primeiro período de graduação, pelos seus conselhos, pelo seu jeito encantador de ser!!

À Professora Acácia Maria Costa Garcia, pela dicas de melhorar a escrita e pelas trocas de receitas!!!

Ao meu querido Professor Roberto Jorge de Araújo Chaves, pelos ensinamentos de história, meu obrigada.

À Professora Maria José Cordeiro de Lima, meus sinceros agradecimentos, por tudo Professora, a senhora sempre esteve presente, sempre procurou resolver todos os tramites de documentação que precisei, sou muito grata a senhora.

Ao meu querido Professor Jimmy de Almeida Léllis, pelos seus conselhos, por estar presente quando tentei mestrado e não passei, pelo apoio ao meu trabalho fora da academia, obrigada!

Ao Professor José Washington de Moraes Medeiros, por ser sempre educado e compassivo não só comigo, mas com todos os alunos.

Ao Professor Antônio Germano Ramalho pelo apoio e comprometimento dentro do curso e para com os alunos.

À Professora Maria Amélia Teixeira da Silva, sou muito grata à senhora, me espelho muito na senhora, obrigada pelos seus ensinamentos.

À Professora Ana Cláudia Dantas de Medeiros, pela confiança e pelo desafio que me fez quando disse: por que você não tenta mestrado? Obrigada!

À Professora Eliete Correia dos Santos, obrigada por tudo, pela confiança e à Professora Francinete agradeço pelo tempo de monitoria e pesquisas.

Ao Professor Josemar Henrique de Melo por está sempre presente tanto na UEPB, quanto nas reuniões da Comissão do Arquivo Público da Paraíba.

Ao Professor Danilo Ferreira de Sousa, meu muito obrigada por tudo!

Meu agradecimento a todos os outros Professores os quais eu não mencionei, agradeço a todos e todas de coração! Obrigada por tudo que fazem, fizeram e ainda irão fazer por mim!

Gostaria de Agradecer aos gestores do ao Arquivo Histórico que é chamado de Acervo

Histórico Waldemar Duarte, conversei com o gestor Sr. João Pedro Ferreira da Silva e ao gestor do Arquivo da GOARD Sr. Oscar Luiz Duarte Coelho, pela dedicação e atenção nessa pesquisa.

Agradeço ainda a toda comissão do Arquivo Público do Estado da Paraíba, em especial a Professora Irene Rodrigues da Silva Fernandes que aprendo até hoje com ela, pela sua serenidade e sua preocupação com a nossa memória. A Ana Lúcia Gomes, que eu vivo em contato procurando informações e trocando conhecimentos, obrigada. E a toda Comissão do Arquivo público do Estado da Paraíba, que participo desde o ano de 2011, obrigada por tudo.

## RESUMO

As Políticas Arquivísticas no Estado da Paraíba vem crescendo desde o ano de 1976, com iniciativas que visam criar um Arquivo Público, entretanto, até hoje não temos um Arquivo Público. O intuito dessa pesquisa foi o de averiguar se as Políticas Arquivísticas funcionam dentro dos arquivos na Paraíba. Falamos dos primeiro arquivos criados no mundo. Tudo que se refere ao povo e ao estado a partir do momento em que é uma informação pública se referencia a memória daquele povo. A memória traz em si uma lembrança de algo que aconteceu seja há muito tempo ou há alguns instantes, o arquivo traz consigo a memória de um povo que viveu e que vive. E está memória está em tudo, sejam documentos iconográficos, em suporte analógico, seja em pedras, pergaminhos ou papiros. Todos significam a memória de alguém que em vida deixou para registrar o que aconteceu naquele espaço de tempo. Nesta pesquisa estamos nos referindo à memória do povo paraibano, que desde capitania real da Paraíba, a Província, a Paraíba foi e sempre será uma cidade histórica, que passou por vários tipos de governos e cada parte dessas histórias significam a memória do povo paraibano. Não poderiam deixam de existir a legislação arquivística federal dos arquivos, presente neste trabalho. As Políticas Públicas são a verdadeira análise aprofundada das políticas que acontecem em nosso país que é o Brasil, elas funcionam para dizer em que estão investindo, de que maneira são aplicadas e para onde estão indo os investimentos dos governamentais. A Lei de Acesso a Informação (LEI), faz com que haja uma certa transparência, às vezes maquiada dentro dos governos, governado e governantes. A Paraíba precisa ter seu Arquivo Público para salvaguardar sua memória.

**Palavras-chave:** Políticas Arquivística no Estado da Paraíba; Arquivo Público da Paraíba; Memória; Políticas Públicas.

## ABSTRACT

The Archivists Policy in the state of Paraíba are growing since 1976 with initiatives of creating a Public Archive. This research aims is, actually, know if the Archivistics Policy work inside the archives at Paraíba. It is talked about the first archive created in the world. Everything that refers to the people and to the state from the moment that is a public information and refer to their memories. The memory brings by itself a reminder of something that happened a long time ago or even a few minutes, the archive brings with it the memory from a crowd that lived and still lives. And this memory is everywhere: iconographic documents in analogical support or even in rocks, scrolls or papyrus. All of them means the memory of someone who left to record what happened in that time space. Here, this research refers to the *paraiban* people's memory which since the real captaincy of Paraíba, the province, Paraíba was and always will be a historic state which had a lot of government types and each one of these stories means the *paraiban* people's memory. There is federal archivistic legislation of the archives present in this work. The Public Policy is, actually, the true analysis depth on the policy that happen in our country, Brazil. They work to tell about what they're investing in, how they're applied and where the government investment are going to. The IAL (Information Access Law) assures that there is a certain transparency sometimes disguised inside the government, governed and governors. Paraíba must have its own Public Archive to save its memory.

**Keywords:** Achivistic Policy at state of Paraíba; Public Archive of Paraíba; Memory; Public Policy

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>		<b>16</b>
<b>1. PROBLEMATIZAÇÃO</b>		<b>19</b>
<b>2. OBJETIVOS</b>	2.1 Geral	<b>20</b>
	2.2 Específicos	<b>20</b>
<b>3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b>	3.1 História dos Arquivos Internacionais	<b>20</b>
	3.2 Instituições Arquivísticas Nacionais	<b>26</b>
	3.3 Políticas Arquivísticas na Paraíba	<b>28</b>
	3.4 Legislação Paraibana Sobre Arquivos (1906-2010)	<b>30</b>
<b>4. CONTEXTUALIZANDO A MEMÓRIA</b>	4.1 A Memória	<b>34</b>
	4.2 Memória Lembrada	<b>34</b>
	4.3 Memória e Tempo	<b>36</b>
	4.4 Memória e Historiografia	<b>37</b>
	4.5 Memória e História	<b>37</b>
	4.6 Momento Objetal da Memória	<b>38</b>
<b>5. POLÍTICAS PÚBLICAS</b>		<b>39</b>
<b>METODOLOGIA</b>		<b>44</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>		<b>47</b>
<b>REFERENCIAS</b>		<b>50</b>



## INTRODUÇÃO

Essa pesquisa tem a relevância na sugestão da implementação de uma política de arquivo no Estado da Paraíba, com o intuito da criação de um Arquivo Público da Paraíba, o qual seria composto por todos os arquivos e secretárias do Estado da Paraíba. O que temos hoje é o Arquivo Histórico, situado na Fundação Espaço Cultural da Paraíba (FUNESC), chamado de Acervo Histórico Waldemar Duarte, que funciona como um Arquivo Público, longe de ter as determinações específicas para isso.

As Políticas Arquivísticas no Estado da Paraíba vêm crescendo e se desenvolvendo desde o ano de 1976, com as iniciativas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) através do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR). Em 1978, o Núcleo foi o responsável pela elaboração do Projeto de institucionalização do arquivo público, que foi interrompido. Assim, em 1979 o NDIHR/ UFPB realizou o I Seminário de Documentação Histórica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, e em 1983, o Arquivo Nacional realiza uma pesquisa visando com isto a Implantação dos Sistemas Estaduais de Arquivos.

Em 1984, o Arquivo Nacional juntamente com profissionais de vários estados do Brasil, formularam um texto fundamentando a Implantação dos Sistemas Estaduais de Arquivos e a Paraíba se fez representar através da Fundação Casa José Américo (FCJA). Neste mesmo ano, o Arquivo Nacional, juntamente com A Fundação Casa José Américo, começam a lançar em pauta assuntos sobre a preservação documental.

Por volta de outubro de 1984, os Relatórios de Trabalho do Grupo da Região Nordeste reunido no I Seminário Nacional de Arquivos Públicos, formularam o Projeto Mapeado dos Arquivos Públicos Paraibanos, o qual foi realizado pela Fundação Casa José Américo, aprovado pela CNPQ com o apoio do Arquivo Nacional, a coordenadoria da Paraíba ficou a cargo de Ana Isabel de Souza Leão Andrade.

Em 1989, acontece uma visita do Professor José Pedro Esposel, da área de Arquivologia, da Universidade Fluminense, do Rio de Janeiro, a finalidade do encontro era possibilitar a implantação do Sistema Estadual de Arquivos no Estado da Paraíba, o resultado foi a inexistência de uma legislação eficiente que disciplinasse o fluxo da documentação oficial. (Dados da Comissão do Arquivo Público da Paraíba, onde estamos desde o ano de 2011 até o presente ano de 2015). A Comissão do Arquivo Público da Paraíba está formada e em estudo desde o ano de 2011 até o presente ano.

A pesquisa tem caráter descritivo e investigativo, além de sua essência bibliográfica. A obtenção de muitos dados foram fruto de nossa participação na Comissão FCJA e na UEPB. Mas, antes de falarmos de Políticas Arquivísticas no Brasil, temos que, de certa forma, procurarmos entender as Políticas Públicas, de onde nasce toda a nossa política. E ao falar do que é público, que se referencia no Estado, não poderíamos esquecer a nossa Memória, principalmente da nossa memória paraibana, enquanto paraibanos.

A Paraíba passa por um grande problema devido à falta de um Arquivo público em seu Estado, bem como uma ausência de políticas públicas arquivísticas para a gestão de seus documentos, parte imprescindível e defasada no âmbito na manutenção e preservação de arquivos.

O Decreto nº 11.971, de 02 de junho de 1987, o qual autorizava a transferência do acervo cultural do Estado, ocasionou a separação dos documentos do arquivo público estadual, vinculado à Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo, de toda a documentação relativa ao acervo histórico ali existente, causando um aumento na problemática no que concerne o Arquivo Público. O Artigo 02 do decreto, diz que caberá à Secretaria de Cultura e Esporte, adotarem : “as medidas necessárias à restauração e recomposição do material ora cedido”. O desmembramento foi a separação do Arquivo Histórico do Arquivo Administrativo, o Histórico pertence a FUNESC e o Administrativo (Gerência Operacional de Arquivo e Documentação- GOARD) vinculada a Secretaria de Estado da Administração mas os dois são localizados na FUNESC- Fundação Espaço Cultura.

Esse desmembramento causou e causa até hoje uma grande falha, já que existe muita documentação faltando ou, ainda pior, que foi perdida. Na verdade, desde a implementação da República, a documentação não é preservada de forma adequada e o Estado da Paraíba até hoje não implementou uma gestão de documentos em seu arquivo estadual, o que ocasiona uma grande falha no que concerne à manutenção de uma Política Pública especializada nessa preservação dos documentos, isto é, de sua história.

Não é difícil mensurarmos a importância de arquivos públicos. Tomemos como exemplo o Estado, que produz, no decorrer de suas atividades diárias, massas documentais em seus diversos suportes, tais como iconográficos, textuais, administrativos, entre outros, e por não ter uma gestão documental, gera, conseqüentemente, uma opacidade administrativa, causando dificuldades governamentais e perdas imensuráveis de documentação arquivística, fazendo com que o acervo documental se perca e perdendo um pouco a identidade do

patrimônio civil paraibano.

O Arquivo Nacional, vislumbrando essas dificuldades, criou o Sistema Nacional de Arquivos com o objetivo de racionalizar a produção documental e evitar as eliminações indiscriminadas, o que gerou uma possibilidade não apreendida pelo estado da Paraíba, visto que o mesmo ainda não culminou nesse sistema.

As políticas arquivísticas não funcionam dentro dos arquivos na Paraíba, sem a existência de um arquivo público, isso causa um grande deficit não só a população paraibana, pois com a falta de uma gestão documental dentro da documentação existente, há perda da memória e com essa perda, perde-se um pouco a sua "identidade", como a própria manutenção de uma forma de arquivar e recorrer à história registrada. A arquivística precisa ser implementada dentro da documentação pública e histórica da Paraíba.

A nossa pesquisa se perpetua desde os primeiros arquivos do mundo, com uma visão curiosa de quando foram criados os primeiros arquivos, logo após adentra pelas instituições arquivísticas nacionais e para finalizar percorremos uma longa e sugestiva pesquisa das políticas arquivísticas na Paraíba, falamos de uma legislação riquíssima sobre os arquivos, depois então percorremos uma visão de memória, que sem ela não teríamos nossos arquivos e ao findar o ultimo capítulo sobre políticas públicas, nesse adentramos nos confins do Arquivo Nacional, do CONARQ, do que seja afinal políticas públicas no Brasil.

A documentação tem além do seu valor documental, seu valor histórico. Tudo que é produzido por um governo é parte do Arquivo Público. Para se desenvolver um país ou uma nação, é preciso resguardar os documentos num arquivo público, o qual se concentra todas as informações e o funcionamento da sua documentação pública. Tudo que é produzido num governo é documentação pública, no entanto, pertence ao arquivo público estadual.

Nesse sentido, acreditamos que um estudo empenhado em compreender os motivos e as dificuldades encontradas nesse percurso, servirá como embasamento para possíveis respostas sociais que visem sanar esse *deficit*.

## 1. PROBLEMATIZAÇÃO

Uma das maiores razões para as instituições criarem seus arquivos públicos, foi a grande necessidade prática de incrementar a eficiência governamental. Os arquivos públicos constituem um tipo de fonte cultural entre muitos outros tipos, como livros, manuscritos e tesouros de museus. Enquadram-se, assim, como uma fonte tão importante como os parques, monumentos ou edifícios.

Os arquivos são administrados pelo seu próprio governo, isso é a base de uma obrigação pública: ter cuidado com os valiosos documentos oficiais. Os documentos públicos não refletem a expansão e o funcionamento de um governo, mas também um desenvolvimento de país, ou seja, de uma nação, já que resguardam sua história.

Os documentos, sendo os mais antigos, são necessários às atividades do governo, pois eles refletem desde sua origem, seu crescimento até os dias atuais e são sua principal fonte de informação, contém provas de obrigações financeiras e legais que devem ser preservadas e protegidas.

Tais documentos públicos englobam a experiência oficial de que o governo necessita de capital, este que contextualiza o que o governo precisa para dar continuidade e consistência as suas ações, tomar decisões, saber e procurar resolver seus problemas sociais e econômicos, os documentos são os verdadeiros alicerces para se erguer uma nação.

A Paraíba, diante da realidade supracitada, é um dos poucos estados brasileiros que não dispõe de um arquivo público, isso a torna inferior, neste sentido, no Nordeste, mesmo sabendo que nela existem dois cursos de nível superior de arquivologia situados na sua capital João Pessoa.

É preciso que os gestores públicos paraibanos passem a apoiar a criação e organização do Arquivo Público da Paraíba. O prejuízo causado aos usuários da administração estadual e aos cidadãos são grandes e os que causam isso, é a indiferença dos governantes em todas as conquistas e propostas colocadas, desde 1970 a 2014. A documentação do Estado desde Capitania à província até a situação de Estado, essa documentação uma parte foi perdida, outra destruída por não ter condições de conservação adequada, existem documentos muito desgastados e há uma falta de preocupação com a guarda, organização, preservação e acesso a esta rica documentação.

É preciso ser criada uma política de Arquivo no Estado da Paraíba. A pergunta que nos

inquieta é: as políticas arquivísticas funcionam dentro dos arquivos na Paraíba, sem a existência de um arquivo público estadual?

## **2. OBJETIVOS**

### **2.1 Objetivo Geral**

→ Refletir sobre a arquivística no Estado da Paraíba, culminando numa análise sobre a implementação de uma Política Pública no Estado, bem como de um Arquivo Público.

### **2.1 Objetivos Específicos**

→ Descrever o contexto socioeconômico e político acerca da não existência de um Arquivo Público na Paraíba.

→ Verificar a existência de uma Política Arquivística no Estado da Paraíba.

→ Problematizar sobre a criação do Arquivo Público no Estado da Paraíba a partir de preceitos da Arquivologia.

## **3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **3.1 História dos Arquivos Internacionais**

Arquivos são fundos públicos. A palavra *archives*, de origem grega, é definida no *Oxford English Dictionary*, como “a) lugar onde são guardados os documentos públicos e outros documentos de importância; b) registro histórico ou documento assim preservado”. A palavra *archieff*, é traduzida em Nova York, em 1940, como:

[...]o conjunto de documentos escritos, desenhos e material impresso, recebido e produzido oficialmente por um órgão administrativo ou por um de seus funcionários, na medida em que tais documentos se destinam a

permanecer sob a custódia desse órgão ou funcionário. (SCHELLEMBERG, 2006, p. 36)

A palavra *archieff*, que Leavitt (1940) traduziu por *archival collection*, significa realmente documentos de uma determinada entidade que foram mantidos num serviço de registro (*registry office*). Hilary Jenkinson, no seu manual inglês intitulado *Manual of archive administration*, (1º edição publicada em Oxford, 1922), definiu arquivos como documentos:

[...] produzidos ou usados no curso de um ato administrativo ou executivo (público ou privado) de que são parte constituinte e subsequente mente, preservados sob a custódia da pessoa ou pessoas responsáveis por aquele ato e por seus legítimos sucessores para sua própria informação. (SCHELLEMBERG, 2006, p. 37)

Nessa perspectiva, o arquivista italiano Eugenio Casanova (1867-1951), no seu manual intitulado *Archivistica*, publicado em Siena, em 1928, define arquivos como um acumula; 'ao ordenada “de documentos criados por uma instituição ou pessoa no curso de sua atividade e preservados para consecução de seus objetivos políticos, legais e culturais, pela referida instituição ou pessoa.” (SCHELLEMBERG, 2006, p. 37)

O arquivista alemão Adolf Brenneke (1875-1951), define arquivos:

[...] como o conjunto de papéis e documentos que promovam de atividades legais ou de negócios de uma pessoa física ou jurídica e se destinam à conservação permanente em determinado lugar como fonte e testemunho do passado. (SCHELLEMBERG, 2006, p. 37)

Para o governo, os arquivos públicos são a realização de sua atribuição, assim seus documentos são acumulados e preservados para alcançar um objetivo: sua conservação e guarda permanente.

No processo de entrega de documentos para o Governo, cabe ao arquivista, pessoa responsável por recebê-los, aspirar a “integridade dos documentos” e tem que preservá-los, pois os documentos de um determinado órgão devem ser conservados num todo, sendo resguardados, tanto quanto possível, sob um arranjo que lhes foi dado pelo órgão no curso de suas atividades oficiais; devem ser guardados na sua totalidade, sem mutilação, modificação ou destruição não autorizada de uma parte deles.

Esses documentos têm caráter de prova, por isso, são guardados pelo governo e passam a custódia do arquivo. Os arquivos públicos têm dois tipos de valores: primários, para

repartição de origem, e valores secundários, para outras repartições e para pessoas estranhas ao serviço público.

Desde o surgimento, os arquivos apresentam uma importância salutar no curso da história. De acordo com Schelleberg (2006, p. 25),

Os arquivos tiveram origem na civilização grega, nos séculos V e VI a.C. os atenienses guardavam seus documentos de valor no templo de sua mãe dos deuses, isto é, no metroon, junto a corte de justiça na praça pública em Atenas. No templo conservavam-se os tratados, leis, minutas da assembleia popular e demais documentos oficiais, esses documentos públicos foram conservados e transmitidos até o século III da era cristã, na forma de rolos de papiro.

Na Idade Moderna, podemos perceber que os arquivos refletem uma grande influência nas civilizações antigas e da Idade Média. Os arquivos são considerados como instituições, pois retêm informações públicas, que fazem parte de toda uma memória, daquele determinado Estado ou país. Mais cedo ou mais tarde, os Países vão criando regras e leis para preservar ainda mais essa parte integrante e constituinte da sua história.

Na França, por exemplo, em 25 de junho de 1974, um decreto estabeleceu em todo território nacional, uma administração dos arquivos públicos, após esse decreto os *Archives Nationales* passaram a ter jurisdição sobre documentos dos vários órgãos de governo central, em Paris, ao quais mantinham, até então, seus próprios depósitos de arquivos sobre documentos das províncias, comunas, igrejas, hospitais, universidades e famílias nobres e sobre os arquivos distritais nos quais foram colocados, durante a Revolução, os documentos dos órgãos municipais extintos. De acordo com Schelleberg (2006, p. 26)

A administração nacional dos arquivos foi ainda reforçada pela lei 26 de outubro de 1796 que deu aos *Archives Nationales* jurisdição sobre os que foram criados nas principais cidades dos departamentos para cuidar dos documentos antes mantidos nos depósitos distritais.

Ainda segundo o autor, durante todo o tempo da Revolução Francesa, eram os documentos que foram considerados essenciais para a manutenção de uma sociedade que estava entrando em decadência e também para o estabelecimento de uma nova sociedade. Na Revolução Francesa, por exemplo, esse reconhecimento da importância do arquivístico, resultou em três realizações arquivísticas importantes:

- 1- Criação de uma administração nacional e independente dos arquivos.
- 2- Proclamação do princípio de acesso público aos arquivos.
- 3- Reconhecimento da responsabilidade do Estado pela conservação dos documentos de valor, do passado. (SCHELLEMBERG, 2006, pág.27)

Em 1800, foram descobertos documentos em cerca de 50 depósitos diferentes, espalhados por toda a cidade de Londres. Essa situação determinou um inquérito oficial levado a efeito por uma comissão nomeada para investigar a situação de documentos oficiais. Com o resultado desse inquérito foi nomeado em 1800 uma Comissão dos Documentos (*Record Commission*), a primeira de seis comissões idênticas, entre 1800 e 1834. Foi nomeada uma Comissão para investigar o trabalho da última Comissão dos Documentos.

Ao mesmo tempo, a Associação Histórica Americana, fundada em 1884, iniciou uma campanha pela criação de um arquivo nacional. Em 1899 foi instituída uma Comissão em 1900 e 1912, vários inventários de arquivos estaduais, patrocinou a publicação de guias dos arquivos federais e dos arquivos europeus relacionados com a história americana, promovendo também reuniões anuais a partir de 1909.

Na Inglaterra, cerca de 50 anos mais tarde, em 14 de agosto de 1838, foi criado um arquivo central, o *Public Record Office* britânico, e isso foi produto de uma necessidade tanto de ordem prática, quanto de ordem cultural. Após um desastroso incêndio na Cotton Library temos um relatório de 1732, sobre o qual sir Hilary Jenkinson afirma:

[...] poderia bem ter provocado receios, não só em relação ao perigo de fogo em muitos dos repositórios nos quais se sabia vagamente da existência de grande parte de documentos públicos, mas também diante da possibilidade de perdas por outros motivos que não acidente. (...) Em 1800, foi descoberto documentos em cerca de 50 depósitos diferentes, espalhados por toda a cidade de Londres. Essa situação determinou um inquérito oficial levado a efeito por uma comissão nomeada para investigar a situação de documentos oficiais. Com o resultado desse inquérito foi nomeado em 1800 uma Comissão dos Documentos (*Record Commission*), a primeira de seis comissões idênticas, entre 1800 e 1834. Foi nomeada uma Comissão para investigar o trabalho da última Comissão dos Documentos. Schellemborg (2006, pág.28)

O inquérito referido pelo autor culminou numa prerrogativa legal: foi sancionada a Lei dos Documentos Públicos (*Public Record Act*), em 1838. A partir do século XVII, segundo Schellemborg (2006), foi dado o pontapé inicial para a valorização dos documentos. Em 1934, foi criado um arquivo nacional pelo *Public Record Office*, para tentar influenciar para que o



Governo olhasse mais para os documentos públicos. E isso estava no discurso também:

Vários incêndios destruíram documentos valiosos Ruthenford B. Hayes e este recomendou em suas mensagens: “Os documentos do governo constituem uma valiosa coleção para o país, seja quanto ao valor pecuniário, seja quanto à importância histórica.” Ao mesmo tempo a Associação Histórica Americana, fundada em 1884, iniciou uma campanha pela criação de um arquivo nacional. Em 1899 foi instituída uma Comissão 1900 e 1912, vários inventários de arquivos estaduais, patrocinou a publicação de guias dos arquivos federais e dos arquivos europeus relacionados com a história americana, promovendo também reuniões anuais a partir de 1909. (SCHELLEMBERG, 2006, p.30)

De acordo com Lodolini (1993) *apud* Mariz (2012): “Dá-se como que os primeiros escritos na história da humanidade foram documentos de arquivo, não textos de bibliotecas.” Para o autor, os arquivos constituem nossa memória mais antiga, nossos registros mais preciosos, sejam eles onde forem, desde pedras rupestres a pergaminhos, sempre celebrarão a memória de um povo que viveu em determinada época, há quantos anos forem.

Para Giddens (2003) todos os Estados nacionais foram “sociedades da informação”, pois “a geração do poder do estado pressupõe a reprodução reflexivamente monitorada de Estado, envolvendo coleta armazenada e controles regulares da informação aplicada a fins administrativos” (Giddens, 2003, *apud* Mariz ,2012).

A sociedade da informação, a qual se refere o autor, não se revela somente na geração do Estado, mas também em tudo que pertence ao seu redor, é todo um sistema com fins administrativos. Segundo Mariz (2012, p. 33), a Igreja, por exemplo, uma Instituição importante, tanto a católica quanto a protestante, mantinha seus registros, ou melhor dizendo tinham seu arquivos, por exemplo, para coleta de informações dos seus fiéis. Outro exemplo claro da importância dos documentos para a expansão de sociedades inteiras e a época do império. Os impérios ultramarinos portugueses, espanhol e holandês, dependiam de informações, ou melhor dizendo, precisavam de documentos para suas novas conquistas, a saber, os mapas, documentos necessários para localização e destino dos navegantes.

Entretanto, há, segundo Mariz (2012,p.34), um declínio na valorização dos arquivos, que volta a ter importância “Na época medieval com o aumento do valor da escrita, os arquivos começaram a recuperar a importância , a estabilidade e a difusão que, de certa forma, tinham na Antiguidade.” Assim, corroborando Mariz (2012), houve um declínio na

importância dos arquivos, e eles recomeçam a ser valorizados através do desenvolvimento da escrita.

Na Idade média, os arquivos eram descentralizados em termos de ordenação. S[ó] voltam a compilação quando é inserida de uma certa forma uma nova vertigem política e religiosa. Na península Ibérica, por exemplo, há o arquivo do Estado português da Torre do Tombo (anterior a 1325) e o Arquivo da Coroa de Aragón, criado em 1346, para reunir fundos dispersos e a França, por sua vez, como declarante da importância dada aos arquivos, nomeia, em 1307, o primeiro arquivista, Pierre d'Etampes, responsável pelo Tresor Des Chartes. (Mariz, 2012, *apud*, Duchein, 1992).

Entretanto, segundo Mariz (2012, pág. 35), o Arquivo de Simancas, na Espanha, criado em 1542, na opinião de Michel Duchein, é o primeiro exemplo clássico de arquivo de Estado. Isso foi um grande marco para a história dos Arquivos.

Outros países ressalta a autora Mariz (2012), constituíram grandes arquivos de Estado: Áustria (1509), Nápoles (1540-45), Simancas (1542), Florença (1569), Londres (1578), Siena (1585-88), Parma (1542). E a tendência perdurou para outros países e continentes. (Mariz, 2012, *apud* Silva *et al*, 1999).

Somente a partir do século XVIII podemos considerar que os Arquivos Nacionais e seus gestores passaram a ter uma maior preocupação com os arquivos administrativos e passam a ordená-los, podemos dizer que passa a acontecer uma gestão documental, da importância dos arquivos históricos, em conjunto com os arquivos administrativos que organizam toda parte financeira e administrativa do Estado.

A Revolução Francesa, assim, torna-se um grande marco na história da arquivística, pois coloca o Arquivo nacional como órgão central dos arquivos do Estado. Melhor ainda, podemos dizer que a Revolução torna acessível a documentação em anos luz para os dias atuais que temos no Brasil a Lei de Acesso à Informação (LAI).

As instituições arquivísticas têm o intuito de produzir e tornar disponível a documentação com caráter administrativo e para pesquisa histórica. No Brasil, podemos dizer, que essas instituições se encontram em lócus periféricos (Mariz, 2012, pág. 40). Nos determos as Arquivísticas Nacionais agora.

### 3.2 INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS NACIONAIS

As instituições arquivísticas brasileiras públicas não têm só o caráter histórico, de preservação e conhecimento de suas origens, mas também um forte caráter administrativo. Para tanto, o Brasil tem investido e se empenhado para organizar suas instituições arquivísticas.

Após a fundação da República, o Estado brasileiro passou por uma centralização no governo, nas figuras dos militares, com a ascensão ao poder dos Marechais Deodoro e Floriano Peixoto. A partir da década de 30, com o primeiro governo Vargas, fundando também a partir de um golpe, iniciou-se um tipo de governo nacional-desenvolvimentista. As políticas destinadas ao capital internacional cresceram, entretanto a distribuição de renda era ínfima e com isso, houve uma grande repressão aos trabalhadores.

Nesse contexto, em seu segundo mandato, Vargas, agora eleito, desenvolve políticas públicas destinada a rápida e crescente industrialização do Brasil, para passar a compor o grande mercado mundial. Especialmente na década de 50, temos um fortalecimento dessa política desenvolvimentista.

Entretanto, em 1964, temos um novo golpe militar, que tira Joao Goulart, figura que tinha um olhar atento para as causas populares, do poder. Na mão dos militares, Geisel, Dutra, Castelo Branco e Medice, o Brasil aponta rapidamente no setor industrial, se vinculando oficialmente ao sistema comercial internacional. E importante lembrarmos que esse período de ditadura militar foi marcado por forte perseguição e castração de direitos civis.

Os anos de 1980 a 1990 são marcados por forte levantes populares. Acontecem diversas lutas nas ruas do País para se conseguir acesso ao Estado autoritário brasileiro. Nesse contexto, e aprovada em 1988, a primeira Constituição Brasileira. Seu grande objetivo era o de democratizar o Brasil, garantindo direitos básicos para todos os brasileiros.

Esse processo de democratização do Brasil, na prática, não trouxe muitas mudanças. Nem em relação a políticas públicas para a grande massa, nem com a transparência dos bens públicos, causando uma ineficiência do Estado e uma insatisfação na população. condição do Estado brasileiro com a justiça e a falta de transparência dos bens públicos causa uma grande ineficiência em seu Estado.

Essa insuficiência do Estado reverbera nas políticas Públicas no Estado, que mesmo com o fim da ditadura militar, não teve muito sucesso com a democratização da sociedade

política do Brasil. Em se tratando de documentos arquivísticos, tinha-se o poder público totalmente responsável pela gestão de seus documentos, sendo, na verdade, pautada na legislação brasileira.

A legislação que concerne a questão arquivística é recente. Logo após a Constituição, vale-se de uma Lei aprovada em 09 de janeiro de 1991, a Lei 8.159, mesmo sabendo que as instituições arquivísticas já existiam há longas datas, como o Arquivo Nacional, que funcionava por cerca de 170 anos.

Em se tratando da Arquivística Nacional, temos os três poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – com questões independentes. O Arquivo Nacional é uma instituição que é salva-guardada no Poder Executivo, que compreende os documentos históricos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, ambos subordinados ao Ministério da Defesa. O Poder Legislativo Federal tem seus arquivos próprios e independentes, como a Câmara dos Deputados e Senado Federal, que tem toda documentação do Congresso Nacional.

No Poder Judiciário, a situação é bem diferente, pois cada instituição tem seus próprios arquivos. O Supremo Tribunal tem seu arquivo, O Supremo Tribunal do Trabalho possui arquivo central em Brasília, mas em cada um dos seus 24 tribunais regionais têm seus arquivos por eles gerados. O Supremo Tribunal Militar possui arquivo único em Brasília. O Tribunal Superior Eleitoral tem arquivo central em Brasília, e cada um em seus demais estados é responsável pela sua documentação em seus devidos arquivos. O Superior Tribunal de Justiça tem seu arquivo em Brasília, e tem vinculado o Conselho da Justiça Federal, que concentra cinco tribunais e cada um com seus arquivos em suas regiões de competência.

As 26 unidades de toda Federação do Distrito Federal tem seus arquivos públicos institucionalizados com seus graus diferenciados de organização arquivística.

O Arquivo Nacional foi criado em 1838 e tinha sido idealizado na Constituição de 1824, ele é a principal referência arquivística brasileira, concentrando em seu espaço físico, 50km de documentos textuais, 1,15 milhão de fotografias, 55 mil mapas e plantas, 13 mil discos e fitas audiomagnéticas, 12 mil filmes e fitas de vídeo, tudo com proveniência do poder público, como também de instituições privadas e particulares. (Mariz, 2012, pág. 42). O Arquivo Nacional é subordinado ao Ministério da Justiça e passou 10 anos subordinado à Casa Civil da Presidência da República.

Charles Kecskeméti, diretor executivo do Conselho Internacional de Arquivos, elaborou um relatório em 1988. Ele afirma que a finalidade básica, essencial, dos arquivos,

como se pode ver ao longo de sua história na Europa, consiste em salvaguardar a continuidade das instituições e das comunidades onde se inserem. (Mariz, 2012, pág. 44)

Corroborando com o argumento utilizado, temos que a grande finalidade não só na Europa, mas em todos os países é salvaguardar nossa memória, nossa história e manter a organização dos arquivos administrativos. Mas, outro relatório citado pelo Governo dos EUA trazem algumas problemáticas apontadas em nossa política arquivística.

Em 1960, foi criado por Schellelenberg, que era o vice-diretor dos arquivos nacionais dos Estados Unidos, um relatório que recebeu o nome de “*Problemas arquivísticos do governo brasileiro*”, que foi apresentado ao diretor do Arquivo Nacional.

Nesse relatório, ele reconhece quatro tipos de instituições arquivísticas: o Arquivo Nacional, os Arquivos Ministeriais, como os ministérios de Guerras e das Relações Internacionais Exteriores, os Depósitos e outras repartições governamentais. (Mariz, 2012, Pág. 47)

No Brasil, como nos diversos países latino-americanos, tivemos o modelo de arquivo histórico até por volta de 1980, quando são lançados projetos de gestão de documentos na administração pública, quando o Arquivo nacional se tornou responsável pelos documentos públicos federais. Na década de 1990, a gestão de documentos começou a ser implantada nas instituições arquivísticas. Olhemos o processo na Paraíba.

### **3.3 POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS NA PARAÍBA**

As Políticas Arquivísticas na Paraíba vêm acontecendo desde o ano de 1976, quando a Universidade Federal da Paraíba, através do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), criou um projeto, denominado Projeto Arquivo Público Histórico, com o objetivo de reestruturar o Arquivo Público Histórico. A experiência do trabalho foi de maio de 1976 a outubro de 1977, coordenada pela Profa. Rosa Maria Godoy Silveira, seguida da Profa. Maria Martha Pimentel de Mello e pela Profa. Inês Caminha Lopes Rodrigues, e não tinham convênio com o Estado, só troca de correspondência com o Secretário de Administração Dr. Homero Leal, o trabalho foi interrompido e depois foi criada uma Comissão de microfilmagem.

Em 1978, a equipe do NDIHR, elaborou um projeto mais bem preparado, contendo algumas exigências para efetivação de suas propostas. Entraram em contato com o Arquivo

público de São Paulo e planejavam a criação de um prédio público para a construção do Arquivo Público da Paraíba, contando até com um perito da UNESCO para a realização desse projeto, o mesmo dispunha de bolsistas dos cursos de história e biblioteconomia e no seu projeto, queriam a nomeação de um profissional de História ou Biblioteconomia para a direção do tão sonhado Arquivo Público.

Por volta do ano de 1979 é realizado pelo NDIHR/UFPB o I Seminário de Documentação Histórica Regional, 1979, com a presença do Diretor do Arquivo público de São Paulo, onde foram discutidas diversas noções políticas para Arquivos. Em 1983, o Arquivo Nacional realiza pesquisa junto aos arquivos estaduais para lançar estratégias para formação de um Sistema Estadual de Arquivos.

No ano de 1984, O Arquivo nacional, com vários profissionais do Brasil, com experiência na área de arquivo, fundamentou o Anteprojeto de lei que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e outras proveniências. A Paraíba foi representada pela Fundação Casa José Américo, na pessoa de Ana Isabel de Sousa Leão Andrade.

Por volta de 1984, mais ou menos de 08 a 11 de outubro, o Arquivo Nacional, com a sua Diretora Celina do Amaral Peixoto, propõe o I Seminário Nacional de Arquivos Estaduais, com a finalidade sobre a preservação documental e a Paraíba se fez presente pela Fundação Casa José Américo, pela Diretora de Documentação Ana Isabel de Souza Leão Andrade.

Sobretudo, em 1984, por volta de 9 de outubro, o Relatório de Trabalho da região nordeste, a partir do I Seminário Nacional de Arquivos Estaduais, em seu documento sugere aos arquivos estaduais, que seu nível de hierarquia administrativa se encontrem subordinados, que os técnicos não fiquem dependendo da instabilidade administrativa, que os arquivos estaduais possuam autoridade financeira e tenham dirigentes por profissionais com formação na área. Tudo isso para a formação do Sistema Nacional de Arquivos Estaduais.

Ainda em 1984, o Projeto dos Arquivos Públicos Paraibanos foi aprovado pelo CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico com o apoio do Arquivo Nacional e sua coordenação na Paraíba ficou com a diretora da Fundação Casa José Américo.

Em 1989, no dia 17 de março, houve uma visita de Observação aos Arquivos do Estado da Paraíba, que foi realizada pelo Prof. José Pedro Esposel, da área de Arquivologia da Universidade Fluminense do Rio de Janeiro, essa entrevista tinha a finalidade da implantação do Sistema Estadual de Arquivos do Estado e o Núcleo dos Arquivos Privados

dos Governadores, o resultado foi a inexistência de uma legislação que fosse eficiente para o desenvolvimento da documentação oficial.

A Paraíba tem suas Políticas Arquivísticas há anos, pena que até o presente momento ainda não conseguiu a criação de seu estimado Arquivo Público, tentativas tiveram muitas, mas até hoje, não se concretizaram.

O primeiro Arquivo Histórico e do Arquivo do governo do Estado da Paraíba foi perto do Teatro Santa Rosa, onde fica a Biblioteca Pública na Rua General Osório, no centro da cidade. O segundo foi na rua Capitão José Pessoa, no bairro de Jaguaribe, O terceiro lugar onde passou a ser foi na rua Prefeito Oswaldo Pessoa, na antiga rua 24 de maio, no bairro de Jaguaribe. O quarto arquivo do Estado foi na rua das Trincheiras, em Jaguaribe. O quinto e está lá até hoje desde o ano de 1987, é na FUNESC- Fundação Espaço Cultural. Quando passou a funcionar vinculado a FUNESC, tem uma divisão estrutural: foi desmembrado o arquivo histórico do arquivo administrativo, localizado dentro do Espaço Cultural todos na cidade de João pessoa.

Percebemos que existem tentativas, mas nada oficializado e normatizado como deveria ser. Começando pela ausência de uma sede fixa, de um prédio destinado só a isso. A proposta é que a Paraíba consiga criar seu Arquivo Público para preservar nossa memória, nossa história e o nosso patrimônio documental. Veremos, a seguir, a legislação que dispõe as políticas sobre arquivos na Paraíba.

### 3.4 LEGISLAÇÃO PARAIBANA SOBRE ARQUIVOS (1906-2010)

Apresentaremos a compilação da legislação paraibana sobre arquivos dos anos 1906 aos anos de 2010:

#### QUADRO 01: LEGISLAÇÃO PARAIBANA SOBRE ARQUIVOS

DATA	LEGISLAÇÃO
Decreto nº 305 – 1906	O Decreto 305, de 23 de novembro de 1906, eleva o cargo de Diretor da Repartição de Estatística, criado pela lei nº 251, de 28 de setembro de 1906, ao de Diretor Geral, superintendendo a mesma Repartição e o Arquivo Público de acordo com o regulamento que com este baixa. Ao Arquivo Público cabia a responsabilidade de guarda dos documentos listados, que compunham a documentação dos órgãos estaduais. (Mons. Walfredo Leal, Vice-Presidente do Estado da Paraíba).

Decreto nº 5.384 – 1971	O Decreto nº 5.384, de 1º de novembro de 1971, aprova o regimento interno da Secretaria de Administração, estabelecendo a existência do Departamento de Documentação e Arquivo, com três Divisões responsáveis pelo recolhimento, guarda, conservação e divulgação dos documentos da Administração Estadual, de interesse geral e de valor histórico.
Decreto nº 7.931 – 1979	O Decreto nº 7.931, 09 de fevereiro de 1979, dispõe sobre o regulamento e a estrutura organizacional básica da Secretaria de Administração, criando a Coordenadoria de Arquivo e Microfilmagem e a Sub-Coordenadoria de Arquivo.
Decreto nº 11.951 - 1987	O Decreto cria a CODAR – Coordenaria de Documentação e Arquivo, no governo de Tarcisio de Miranda Burity. Finalidade da CODAR: Tornar-se a cabeça do Sistema Estadual de Arquivos do Estado da Paraíba, a ser implantado, no sentido de responsabilizar-se por toda a documentação gerada nos órgãos estaduais, em parceria com o Arquivo Histórico, recém-desmembrado do Arquivo Público.
Decreto nº 12.971 – 1987	O Decreto autoriza a <i>transferência do acervo cultural do Estado</i> do Arquivo Público Estadual, vinculado à Secretaria da Administração, para a Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo. O decreto coloca sob a responsabilidade desta última a adoção das medidas necessárias à restauração e recomposição do material “ <i>ora cedido</i> ”, mas não define os critérios de seleção dos documentos a serem transferidos, nem designa setor responsável.
Decreto nº 12.535 - 1988	O Decreto cria na Secretaria de Estado da Administração a Diretoria de Recursos Humanos e o Núcleo de Documentação e Arquivo – NDA.
Decreto nº 12 924 – 1989	Homologa Resolução do Conselho Diretor da Fundação Espaço Cultural da Paraíba, que, entre outras providências, define a estrutura organizacional, criando Divisão do Arquivo Histórico.
Decreto nº 26.817/2006 - 02 de fevereiro	Através desse Decreto, a Secretaria de Estado da Administração criou a Gerência Executiva de Modernização e Gestão e a Gerência Operacional de Arquivo.

Fonte: Pesquisa do autor

#### QUADRO 2: LEGISLAÇÃO FEDERAL SOBRE ARQUIVOS (1986-2009)

DATA	LEGISLAÇÃO
Norma NBR nº 9578 – 1986.	A Norma da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), de setembro de 1986, define os termos empregados nos arquivos em geral.
nº 10519 - 1988	A Norma da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), de outubro de 1988, estabelece critérios de avaliação de documentos de arquivo.
Lei nº 8.159 - 1991	A Lei, de 8 de janeiro de 1991, dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. (D.O.U. 9/1/1991).



Resolução nº 1- 1995	A Resolução do CONARQ, de 18 de outubro de 1995, dispõe sobre a necessidade da adoção de planos e ou códigos de classificação de documentos nos arquivos correntes, que considerem a natureza dos assuntos resultantes de suas atividades e funções. (OF.CONARQ/PRES/ nº 93/95)
Resolução nº 3 - 1995	A Resolução do CONARQ, de 26 de dezembro de 1995, dispõe sobre o Programa de Assistência Técnica do Conselho Nacional de Arquivos. (OF. CONARQ/PRES/nº 118/95)
Resolução nº 5 – 1996	A Resolução do CONARQ, de 30 de setembro de 1996, dispõe sobre a publicação de editais para Eliminação de Documentos nos Diários Oficiais da União, Distrito Federal, Estados e Municípios. (D.O.U. 11/10/1996)
Decreto nº 2.134 - 1997	O Decreto regulamenta o art. 23 da lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a categoria dos documentos públicos sigilosos e o acesso a eles, e dá outras providências. (D.O.U. 27/1/1997). Revogado pelo Dec. 4.553, 27/12/2002.
Resolução nº 7 - 1997	A Resolução do CONARQ, de 20 de maio de 1997, dispõe sobre os procedimentos para a eliminação de documentos no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Poder Público (D.O.U. 23.05.1997)
Resolução nº 14 - 2001	Resolução do CONARQ, de 24 de Outubro de 2001, aprova a versão revisada e ampliada da Resolução nº 4, de 28 de março de 1996, que dispõe sobre o Código de Classificação de Documentos de Arquivo para a Administração Pública: Atividades- Meio, a ser adotado como modelo para os arquivos correntes dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), e os prazos de guarda e a destinação de documentos estabelecidos na Tabela Básica de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades- Meio da Administração Pública. (D.O.U. 08/02/2002).
Decreto nº 4.073 - 2002	O Decreto regulamenta a Lei nº. 8.159, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. (D.O.U. de 4/1/2002)
Resolução nº 19 – 2003	A Resolução do CONARQ, de 28 de outubro de 2003, dispõe sobre os documentos públicos que integram o acervo das empresas em processo de desestatização e das pessoas jurídicas de direito privado sucessoras de empresas públicas.
Resolução nº 20 - 2004	A Resolução do CONARQ, de 16 de julho de 2004, dispõe sobre a inserção dos documentos digitais em programas de gestão arquivística de documentos dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos.
Resolução nº 21 - 2004	A Resolução do CONARQ, de 4 de agosto de 2004, dispõe sobre o uso da subclasse 080 - Pessoal Militar do Código de Classificação de Documentos de Arquivo para a Administração Pública: Atividades-Meio e da Tabela Básica de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades- Meio da Administração Pública, aprovados pela Resolução nº 14, de 24 de outubro de 2001, Conselho Nacional de Arquivos-CONARQ.
Resolução nº	A Resolução do CONARQ, de 30 de junho de 2005, dispõe sobre as

22 – 2005	diretrizes para a avaliação de documentos em instituições de saúde.
Resolução nº 23 - 2006	A Resolução do CONARQ, de 16 de junho de 2006, dispõe sobre a adoção do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR.
Resolução nº 24 – 2006	A Resolução do CONARQ, de 3 de agosto de 2006, estabelece diretrizes para a transferência e recolhimento de documentos arquivísticos digitais para instituições arquivísticas públicas.
Resolução nº 25 - 2007	A Resolução do CONARQ, de 27 de abril de 2007, dispõe sobre a adoção do Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos - e-ARQ Brasil, pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR.
Resolução nº. 27 - 2008	A Resolução do CONARQ, de 16 de junho de 2008, dispõe sobre o dever do Poder Público, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de criar e manter Arquivos Públicos, na sua específica esfera de competência, para promover a gestão, a guarda e a preservação de documentos arquivísticos e a disseminação das informações neles contidas.
Resolução nº 28 - 2009	A Resolução do CONARQ, de 17 de fevereiro de 2009, dispõe sobre a adoção da Norma Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE, pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR; institui o Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos; e estabelece a obrigatoriedade da adoção do Código de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos - CODEARQ.
Resolução nº 29 – 2009	A Resolução do CONARQ, de 29 de maio de 2009, dá nova redação ao Art. 2º e ao inciso I da Resolução nº. 27, de 16 de junho de 2008.

Fonte: Pesquisa do autor

Essas resoluções, em sua maioria, vigoram até hoje, todas tem a ver com os Arquivos Públicos Brasileiros, conceituando os estudos cada vez mais aprofundados, visam, a partir do entendimento entre Resoluções, Decretos, Leis, uma constituição legalizada, com fins em ter uma Legislação aprovada pela constituição de 1988, plausível para formação de Arquivo Público Estadual da Paraíba.

Relacionaremos agora, a importância dos arquivos na constituição da memória de um povo.

## 4. CONTEXTUALIZANDO A MEMÓRIA

### 4.1 A Memória

A palavra Memória origina-se do grego “*mnemis*”, ou do latim “*memoria*”, ambas significando a conservação de uma lembrança, ou capacidade de armazenar informações, reter os fatos e as experiências vivenciadas no passado. Na verdade, podemos dizer que representa a conservação de informações individuais ou coletivas de determinados fatos.

A memória para arquivologia e para história é imprescindível, e quando se trata de referenciar algo de um povo, de um estado ou nação, sabemos que tudo que é público e referente ao poder público seja ele estadual, municipal ou federal está inserido e pertence à memória. E sabendo disso, nosso intuito neste estudo é uma abordagem, permitida pelas breves linhas, como a memória está retratada nos documentos, ou seja, a memória lembrada, a memória em seu passado, em específico a memória Paraibana, relacionando a memória e o tempo, a memória e historiografia.

Se passarmos um pouco pelo que se fala sobre a memória dentro de uma revisão de literatura em seus grandes clássicos, podemos dizer que não vivemos sem memória: até um fato ocorrido a fração de segundo, pode ser considerada como uma grande memória seja ela intangível ou tangível, sabendo sempre que, ao certo, não sabemos o que de fato irá se tornar memória.

A memória na relação documental está presente e veiculada em todos os lugares desde que seja em um suporte analógico, digital, iconográfico, microfilmado, em um papiro, pergaminho, em registro contábil, numa estátua, num quadro, num livro, numa imagem, num acontecimento, na oralidade, num passado distante, bem a memória podemos considerar está em tudo ao nosso redor. O importante é dar valor a memória que temos, ou de um povo que viveu e nunca deixá-la se apagar. Esse é o objetivo de existir de ciências como a Arquivologia e a Historiografia.

Na verdade memória é uma evocação, que no minidicionário Houaiss da língua portuguesa retrata que *trazer à lembrança; relembrar*. Veremos alguns tipos de memória.

### 4.2 A Memória Lembrada

Ricoeur (2012, pág. 24) sobre o ato de recordar, dirá que “Lembrar-se é ter uma

lembrança ou ir a busca de uma lembrança.” Quando se fala de lembrança, se fala de algo que em algum lugar no tempo aconteceu, de um fato ocorrido, mesmo considerado uma lembrança, mas sendo que está arquivada seja em documentos, pinturas, pergaminhos, estátuas. A lembrança poderia dizer que se referenciou algo que já aconteceu e isso pode estar em nossa memória seja ela tangível ou intangível.

A memória tangível pode estar em toda parte, desde um suporte iconográfico histórico, ao mesmo suporte iconográfico pessoal, por exemplo. O arquivo tangível no suporte papel é na verdade onde ficaram e podemos resgatar e salvaguardar a nossa historiografia. Como diz o autor Ricoeur (2012):

[...] a interferência da pragmática da memória, em virtude da qual lembra-se é fazer alguma coisa, exerce um efeito de confusão sobre toda a problemática veritativa (ou viridictiva), ou seja, podemos ao resgatar a memória, entendermos de forma errada, e não conseguirmos manter a veracidade da memória existente, causando como ressalta o autor Ricoeur, um engano.

[...] memória, voltada à realidade anterior, a anterioridade que constitui a marca temporal por excelência da “coisa lembrada”, do “lembrado” como tal. (RICOEUR, pág. 24-26, grifo do autor).

Podemos dizer, como o autor Ricoeur (2012), que a memória é um acontecimento que ocorreu no passado distante, por isso, se tornou uma coisa lembrada, uma lembrança de algo que ocorreu não importa o tempo que ocorreu, mas sim de recordar o que aconteceu.

Existe um texto de Aristóteles que diz “*de la mémoire et de la réminisce*”- “A memória é passado”- isso faz com que nosso ontem se torne nossa memória hoje. Tudo que se passou seja um país, num estado que seja referente ao poder que reverência o público é a memória. A historiografia do Estado ou nosso país faz parte da nossa memória, que diz respeito a um determinado povo, aos cidadãos daquele Estado ou daquela nação.

Sabemos, com base no autor Halbwachs (2006), que existe uma grande preocupação que volta a atenção para a memória e a sua duração, ocorrendo uma ruptura na continuidade das sociedades europeias, mas podemos usá-las para nos referirmos a outras sociedades que passam pelo mesmo processo de voltar a atenção para a memória e a duração.

Isso porque vivemos de acordo com o tempo cronológico e tudo acontece em um determinado tempo e espaço e em uma determinada época, seja ela de tipos de governos divergentes, seja de ditaduras, ou ao menos nos detivermos ao tipo de preservação da memória e do patrimônio daquele determinado lugar.

Aqui estamos nos referindo a memória do povo paraibano, que desde capitania real da

Paraíba, a Província, a Paraíba foi e sempre será uma cidade histórica, que conheceu vários tipos de governos e cada parte dessas histórias fizeram e constituíram nossa memória, pois toda a documentação encontrada desde que o país era capitania é a grande memória do povo paraibano.

Vivemos numa terra na qual todos queriam ter posse, mas que poucos sabiam viver como cidadãos. Tivemos vários tipos de governo, isso inclui desde a época em que a Paraíba estava sendo explorada pelos portugueses até o tipo de administração de suas capitanias, a província, ao coronelismo, ao tempo de ditadura, ao golpe 1964, até o tipo de governo atual existente, digamos que isso é política, ou melhor, história, mas na verdade os documentos, as fotografias, as cartas, os costumes, bem isso podemos com firmeza chamarmos de memória, memória de um que viveu memória de um povo que vive, memória de uma nova geração, ou melhor, memória paraibana. Memória essa que o nosso hoje, é tido como nossa memória amanhã.

### **4.3 A Memória e o Tempo**

Halbwachs (2006, pág. 15) dirá que “ certamente podemos duvidar que a dicotomia da “memória em relação ao espaço” seja realmente eficaz porque a distinção entre “duração” e “espaço” continua escolástica , como o demonstrou a física contemporânea.”

De acordo com o autor, podemos afirmar que entre a duração e o espaço, há uma grande distinção, o passado e o futuro são vistos nas paredes de uma casa, lugarejo, cidade, ou de um Estado ou país. E que o tempo passa, mas o espaço continua e as pessoas fazem desse espaço suas histórias, suas lembranças, lembranças que ficam marcadas, ou seja, suas memórias.

A essência destes lugares onde passam famílias, onde se estabelece uma cultura de onde se tem a memória histórica de um povo, contribui para a formação de uma lembrança fincada, uma memória. De acordo com Halbwachs (2006, p. 31) “para confirmar ou recordar uma lembrança, não são necessários testemunhos no sentido literal da palavra, ou seja, indivíduos presentes sob forma material e sensível.”

Nós podemos recordar uma lembrança através de documentos, fatos históricos, que naquela época registraram o que acontecia de fato naquele lugar, são dessa forma que resgatamos a história do povo, do Estado e até de mesmo a história dos nossos ancestrais,

tudo isso vem desde o início dos tempos, nós seres humanos sempre deixamos registrados algo sobre o que nós vivemos em nossas vidas, seja nascimento, contos, lembranças, sejam pinturas rupestres, papiros, pergaminhos, pedras, documentos que foram deixados desde nossos ancestrais para significar que ali viveram e deixaram suas memórias que foram passadas hereditariamente e que foram lapidadas ao passar do tempo.

Não podemos deixar de lembrar o nosso passado, pois temos que registrar o que vivemos para passar para os nossos filhos e para a humanidade, não temos o poder de dizer que aquilo ou aquele vai virar história, mas podemos através da lembrança fazer com que a nossa lembrança seja lembrada, que é nossa memória.

Bergson (2011, pág. 211) dirá que “para o determinismo, o ato é a resultante de uma composição mecânica dos elementos entre si.” Segundo o autor, o determinismo é como se fosse uma história contada hoje que ocorreu no passado para um melhor entendimento, como se contasse a história de forma atual. É como saber se estamos vivendo o real ou o acontecido no passado com o determinismo, bem isso, é uma dúvida que só o autor possa responder ao leitor.

#### **4.4 Memória e Historiografia**

Ricoeur (2007, p. 18), dirá, sobre a epistemologia da memória que: “O percurso epistemológico abrange três fases da operação historiográfica, do estágio do testemunho e dos arquivos.”

Concordando com o autor, sabemos que os arquivos permanentes tem tudo haver com a nossa historiografia, podemos dizer que sem memória e sem história não teríamos passado, pois vivemos e construímos nossa memória, a partir dos documentos encontrados em livros, manuscritos, estátuas, quadros, monumentos e com o resgate desses, formulamos nossa história e fazemos nossa memória.

Podemos dizer que a partir de fatos e acontecimentos fazemos história, mas também podemos afirmar com convicção que a historiografia é uma memória para aqueles que a conhecem, pois ela conta como verdadeiramente aconteceram os fatos de acordo com documentos, manuscritos, pergaminhos, atas.

#### **4.5 Memória e História**

Segundo Ricouer (2007, p. 18), “Transferindo da esfera da memória para a história, ela alcança seu apogeu com hermenêutica da condição histórica, em que a representação do passado se descobre exposta às ameaças do esquecimento.”

Concordando com o autor, a memória tem seu apogeu quando consegue adentrar na condição histórica, isso ocorre quando se representa o passado de alguma maneira e faz com que aquele fato ocorrido tenha uma repercussão histórica, isso faz com que nossa memória vire história e nunca seja esquecida.

Na verdade, o resgate da memória para a história faz com que o passado seja lembrado sempre e nunca chegue ao esquecimento, por isso o autor retrata que, a memória chega a seu apogeu, sendo que o apogeu significa que jamais será esquecida, e sim guardada e preservada através da história para a eternidade.

Sabendo disso, temos o dever de preservar nossa história e nossa memória, pois dentro dos arquivos históricos e públicos está à verdadeira identidade de um povo, povo esse que faz parte da nossa memória e da nossa história, por isso, com esse conhecimento devemos lembrar que naquele arquivo, está guardada a nossa memória e só assim foram possíveis os diversos avanços feitos pela humanidade.

A história tem um grande objetivo que é retratar acontecimentos, relatar modos de vida em sociedade e tipos de civilizações, relatos esse que são na verdade fragmentos de um povo que viveu em um determinado local, com um estilo de vida diferente de outros estilos, com costumes e crenças diferentes, mas na verdade a história conta a memória de um povo que viveu no passado, de povo que vive no presente e podemos relatar que essa história foi na verdade uma memória que alcançou seu apogeu dentro da história que nunca será esquecida e que será guardada e registrada para sempre na vida dos que viveram e dos que vivem atualmente, pois faz parte de uma sociedade, de crenças que ainda existem e lugares que ainda existem e história e memórias que ainda estão por vir.

#### **4.6 Momento Objetal da Memória**

Ricouer (2007, p. 23), dirá que “[...] sem considerar seu destino no decorrer da etapa historiográfica da relação com o passado, é poder levar tão longe quanto possível uma fenomenologia da lembrança, momento objetal da memória.”

De acordo com o autor (idem), o momento objetal da memória é um presente

constante dentro da historiografia, isso faz com que a própria memória dentro da história se questione causando então uma pergunta “quem?” “e o que?”. Traz do cognitivo ao pragmatismo e nesta ambiguidade fez com que a memória adentrar-se na historia fazendo a fenomenologia da lembrança dentro da historiografia.

Essa transição da memória para história fazendo a fenomenologia dentro da historiografia faz com que a lembrança jamais será esquecida e isso eterniza a nossa memória a partir da história, que se traduz dentro da lembrança.

Os tipos de memória referenciada são na verdade a memória em suas várias etapas, ou melhor, dizemos isso, nos referindo a memória lembrada, que referencia o passado, a memória história que se referencia ao passado que alcançou seu apogeu a partir do momento que se tornou história, a memória e o tempo que nunca deixará de existir, a memória Paraibana que fala de um povo e sua memória, a memória em seu momento objetual, pois fala “o que “ e “quem”, isso faz com que a fenomenologia que trata do cognitivo ao pragmatismo dentro da memória e a historiografia, e a memória e historiografia, que a partir que a memória adentra dentro da história faz com se concretize a historiografia, fazendo que todo o nosso passado se torne memória.

## **5. POLÍTICAS PÚBLICAS**

Segundo Silva (2008) “As políticas públicas”, ou melhor, o estudo das políticas públicas é também chamado de “análise das políticas públicas”. Podemos considerar que falar de políticas públicas é falar e analisar as políticas formuladas e implementadas, nós não temos o poder de implementar uma política pública, mas podemos sugerir e lançar propostas para os governantes analisarem e quem saber conseguir aderir nossa proposta.

Falar sobre esse assunto é analisar um pouco todos os nossos tipos de governo, é fazer um conjunto de assuntos e consequência de vários tipos de governo, em suas várias gestões, na verdade é fazer um resgate dos tipos de governos e ter uma análise do que pode melhorar, do que pode ser mudado e do que podemos sugerir para alcançarmos o objetivo de mudança ao governante atual.

Devemos nos atualizar sempre através dos decretos e das leis, fazendo isso ficamos mais atentos sobre o que está acontecendo com os nossos tipos de governos, também é bom prestamos atenção nas decisões e nas resoluções do que está havendo no governo. Na



verdade, estudar políticas públicas, é estudar as tomadas de decisão dos governantes.

“O que mais chama atenção é querer saber não do que elas são feitas, mas o que elas são” (DYE, 1976 apud SILVA, 2008, p. 49).

As políticas públicas englobam tudo: desde o orçamento, projetos, assessoramentos burocráticos, implementações de leis, representação democrática, relações entre vários setores e inter-relacionamento de vários níveis (federal, estadual e municipal).

Silva (2008, p. 52) “Uma política pública é, portanto, dinâmica e mutante. Isto significa que ela tende ir alterando-se ao longo do tempo, redefinindo diretrizes e propondo novos objetivos”.

De acordo com o autor podemos entender que é verídico e que não só os governos, mas a humanidade vive em mudança constante e com o tempo tudo muda e sempre se almeja novos objetivos e se define novas diretrizes, ou seja, novas formas e metas a cumprir, fazendo com que sempre haja mudança não só nas formas de governos, e sim, na humanidade.

As ciências sociais nas políticas públicas no Brasil veem o que se fala sobre Estado e dão grande ênfase no que é de acordo ou contra o que acontece dentro dos governos, esse assunto é pouco explorado. E geralmente quando se publica sobre ele, as maiorias dos profissionais da área leem e dão grande valor ao que foi atribuído.

Sabemos que mesmo com a LAI. O Estado tenta de certa forma intervir para que seus grupos de interesse não se exponham da alguma forma, o Estado na verdade tenta maquiagem de uma certa parte, mesmo com a transparência, não consiga enxergar o que se passa na verdade.

Ao passar do tempo às políticas públicas vem aumentando, e com isso, a cada avanço da política a uma nova visão dentro das políticas públicas, mesmo sabendo que os avanços são mudados a cada instante.

Sabe-se que a maioria das instituições públicas trabalha na informalidade e isto causa uma precariedade imensurável nestas instituições.

É nessa parte que entram as políticas públicas para mudar de uma vez por todas esses desajustes e essas informalidades.

O regime política, que é quem decide o que o Estado pode fazer ou não, é composto por lei, decretos e códigos e composto também pela nossa constituição. Ele é quem rege o Estado, por isso, não podemos julgar apenas nossas governantes, mas temos que entender o nosso regime político.

O governo pode até articular nossas políticas públicas e estabelecer seu desempenho

no regime político que é o que rege os tipos de governos e as políticas públicas.

As políticas públicas são a todos os momentos mutáveis, elas sofrem influencia, divergências e também concordam entre si e em algumas coisas, pois são governantes que aprovam ou não são suas mudanças e todos têm opiniões divergentes, por isso, as divergências como também as concordâncias.

A participação do povo nas políticas públicas nada mais é, que a concordância ou discordância do que foi atribuído as políticas públicas naquele governo, o povo tem o poder de intervir com processos, e também a partir do momento do seu voto democrático, pode-se de alguma maneira, com paralizações, atos de dizer ao poder público que está sabendo o que está acontecendo, o certo é procurar conhecer o regime político para poder intervir nas novas políticas públicas nos governos atuais, pois como elas mudam com o tempo, sabemos outras leis que são sancionadas e colocadas em prática, com isso, sabemos que a população deve estar atenta com as novas políticas de governo, as quais governantes devemos colocar no poder público, qual a estimativa de vida eles querem para a população e quais políticas irão seguir e quais são seus planejamentos para implementação dessa política.

No Brasil, dentro das políticas públicas existentes não sabemos na verdade o que é público e o que é privado, na verdade nós brasileiros não temos uma observação rebuscada do poder público e ao que ele implanta, almeja ou faz em relação as políticas públicas.

Na verdade, vivemos no Brasil em termos de políticas públicas, a uma grande opacidade administrativa, isso acontece entre nós brasileiros que uma parte de nós só vota porque é preciso e obrigatórios e deixa de acreditar que a partir daquela decisão saberemos ou decidiremos o futuro dos nossos filhos, pois o voto é obrigatório e como vivemos numa democracia, fazendo com que tudo seja do povo, para o povo e em função do povo.

Sabemos que em países desenvolvidos as pessoas se importam mais com as premissas políticas, suas organizações e suas políticas salientando que os brasileiros estão começando a se envolver mais e mais e estão se importando cada vez mais com o que acontece dentro dos governos brasileiros.

No Brasil, a partir do momento, onde se mudam os ministros, a maioria das ações, estratégias e planos feitos anteriormente não são colocados em prática, pois quando mudam os gestores tudo muda.

Uma coisa que as políticas públicas deveriam de certa forma intervir e ter mais interesse era na preservação do nosso patrimônio, fazendo projetos para recuperar não só os

documentos, mas os monumentos arquitetônicos, investir na restauração, preservação e conservação seja na área de arquivologia, biblioteconomia ou museologia, os governos devem de alguma forma garantir a preservação da nossa memória e do nosso patrimônio.

O Dicionário de Terminologia Arquivística (2010, pág. 135) define preservação como “Prevenção da deterioração e danos em documentos, documentos por meio de adequado controle ambiental- controle ambiental e/ou tratamento físico e/ou químico.”

Desde já percebemos que existe uma grande preocupação com a preservação dos documentos de arquivo e porque não inserir essa preocupação nas políticas públicas.

Silva (2008, p. 115) “Sabemos que o Orçamento Geral da União-OGU no período entre 1995 e 2005 com o objetivo de demonstrar que o estudo do OGU é um dos elementos que podem contribuir para a compreensão do que ocorre com a preservação da informação arquivística do Poder Executivo Federal do Brasil”.

Sabemos que as políticas públicas de certa forma estão começando a investir de forma lenta, mas estamos conseguindo um espaço na parte da arquivística dentro do Orçamento geral da União- OGU, isso que está acontecendo é um grande marco dentro da arquivologia, estamos galgando e conseguindo investimentos públicos para restauração de documentos e para preservação, por isso, é uma valorização da arquivística dentro da memória e patrimônio no Brasil.

Segundo o autor Silva (2008) o Arquivo Nacional entre os anos de 1995 a 2005, promoveu programas, subprogramas e ações específicas com a ajuda orçamentária do Orçamento Geral da união-OGU.

“[...] visando a preservação da memória oficial do País, a disseminação das informações contidas no acervo documental e o apoio ao decisório governo [...]” ( SILVA, 2008, pág. 139, grifo do autor)

Concordando com o autor (idem), podemos dizer que finalmente o Brasil, em suas políticas públicas está se interessando pela sua própria memória e incentivando cada vez mais a preservação da memória oficial do país, isso faz com que o Arquivo Nacional receba investimentos para preferir cada vez mais dentro dos acervos documentais, valorizando os nossos centros de documentação e fazendo com que a nossa memória seja restaurada ao longo dos anos. “[...] Em 2004, é criado o Programa 1030 Democratização do Acesso à Informação Arquivística Governamental, esse programa foi criado pelo Arquivo Nacional. [...]” (SILVA, 2008, p. 143)

O Arquivo Nacional depois que criou o Programa 1030 Democratização do Acesso à Informação Arquivística Governamental, se destacou e fez por merecer o investimento do orçamento democrático da União, dentro das políticas públicas, pois ele mesmo fez jus e criou seu Programa, pois além de ter recebido investimentos no setor de documentação e Bibliografia, fez com que a Arquivologia se destaca-se mais com seu programa de acesso a informação Arquivística Governamental.

As políticas públicas estão valorizando a arquivística, pois os arquivos são centros de documentação não só administrativa, como histórica, fazendo valer a nossa história e nossa memória.

Silva (2008, p. 161) “A Carta de Preservação do Patrimônio Arquivístico digital da UNESCO do CONARQ de 2004, [...] salienta e confirma que cabe ao CONARQ definir a Política Nacional de Arquivos públicos e privados, e sabendo que a informação está registrada.”. Ao referir-se aos arquivos públicos e privados, e sabendo que a informação está registrada independente de qual seja o seu suporte cabe ao CONARQ definir sua Política Nacional de Arquivos públicos e privados, não somente digital, mas também em todos os seus suportes.

Na Ata da 30ª reunião do CONARQ de 20 de maio, o presidente do CONARQ, ao tratar do Decreto nº 4.553, de 2002, que dispõe sobre a salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado, no âmbito da Administração Pública Federal, e dá outras providências, diz que entra as competências do Conselho está a de propor ao Chefe da casa Civil da presidência da República “normas legais necessárias ao aperfeiçoamento e à implementação da política Nacional de Arquivos públicos e privados. (SILVA, 2008, p. 182)

Os arquivos públicos são criados a partir do interesse dos governantes que estão no poder público, e suas políticas públicas arquivísticas, ou seja, sua política de arquivo, só poderá existir através da autorização do Presidente da República ou do Procurador da República, sabendo disso, enfatizando essa questão os arquivistas, os gestores, os técnicos de arquivo, podem sugerir uma política, mas sim sugerir, e assim conseguir se for aceita a sugestão, mudar ou acrescentar uma política de arquivo existente ou ainda não existente e passará a existir. Para isso, é que servem as reuniões e comissões existentes, para estudar uma forma de política arquivística, na tentativa de propor ou sugerir uma nova política de arquivo. Sem contar, que o Arquivo nacional é o mais antigo órgão e tem a responsabilidade e função,

pois ele representa o órgão irradiador de norma, com diz Silva (2008) que sirva de parâmetros para arquivos públicos e privados em praticamente todas as regiões do país. (SILVA, 2008, p. 183, grifo do autor, grifo nosso).

## **METODOLOGIA**

Para Rodrigues (2007, p. 22) “A validade da fonte não se restringe à pertinência da obra relativamente ao tema e ao problema da pesquisa.”

De acordo com Rodrigues (2007), sabemos que a fonte pesquisada não restringe só ao tema, ou seja, foi todo um estudo aprofundado sobre o devido assunto. Durante a feitura desta pesquisa, participamos da Comissão do Arquivo Público do Estado da Paraíba e estudamos sobre o Arquivo Público da Paraíba desde o ano de 2011, buscamos já que a nossa pesquisa é bibliográfica, descritiva e exploratória, sabendo que na linha de Políticas Públicas tem poucas literaturas e publicações, tentamos buscar nos mínimos detalhes, sugar o máximo das literaturas existentes para proporcionarmos um bom entendimento, do que sejam, Políticas Arquivísticas no Estado da Paraíba.

Rodrigues (2007) afirma que a validade teórica depende da consciência e com esse entendimento podemos considerar que foi muito significativo e que o estudo desta pesquisa de grande desafio dentro das literaturas rebuscadas na Arquivologia para transformá-las no entendimento satisfatório perante todos, buscando uma construção desta pesquisa de forma comprometida com todos e todas que venham a ler, pesquisar e se aprofundar nessa temática.

Segundo Rodrigues (2007, p. 23) “[...] não significa que uma pesquisa não possa ser descritiva, ou que tenha menor valor por pertencer à dita categoria de investigação.”

No caso desta pesquisa, que foi bibliográfica e investigativa, pois sabemos onde foi localizado o primeiro arquivo do Estado da Paraíba, como também todos os locais que ele foi até chegar a FUNESC, também investigamos os nomes que nossa capital João Pessoa recebeu de acordo com a pesquisa feita com os dois gestores dos Arquivos GOARD e FUNESC, dando caráter exploratório e descritivo a pesquisa, com base em fontes fidedignas, com base nessa parte, podemos afirmá-la dizer investigativa.

A metodologia descritiva nada mais é do que descrever e aprofundar uma pesquisa, com base bibliográfica, explorando com bastante ênfase suas políticas arquivísticas do nosso país, dos arquivos brasileiros e internacionais. Sabemos que essa pesquisa foi de grande valia

para o nosso curso de Arquivologia, pois falar de políticas é sempre um aprendizado a cada dia.

Conceituamos a pesquisa como descritiva, pois segundo Rodrigues (2007)

Descritivo é o estudo que apresenta informações, dados, inventários de elementos constitutivos ou contíguos ao objeto, dizendo o que ele é, do que compõe, em que lugar está localizado no tempo e no espaço, revelando periodicidades, indicando possíveis regularidades ou irregularidades, mensurando, classificando segundo semelhanças e diferenças, situando-o conforme as circunstâncias. (RODRIGUES, 2007, p. 29)

A pesquisa além de ser descritiva, é bibliográfica, que é a busca de informações em livros, artigos, periódicos e todos os meios de publicações, pois os livros tratam de algo que foi consumado, mas se tratando dessa pesquisa, podemos considerá-la como pesquisa *in vitro*, pois tem algumas fontes aqui que nunca foram mencionadas.

Entre as tendências do século XX, podemos reconhecer a tendência da Fenomenologia, como diz a autora Ciribelli (2000, pág. 33). Seu precursor foi F. Brantano. “A Fenomenologia se opõe à separação entre o sujeito produtor do conhecimento e o conhecimento.”

Sabendo disso, podemos ter a certeza que em nossa metodologia temos a presença da Fenomenologia, pois ela não separa o sujeito produtor e o conhecimento. Esse foi o objetivo da nossa pesquisa: fazer com que o leitor não separe o sujeito do conhecimento.

Ciribelli (2000, p.33) dirá que “Toda consciência é intencional e o conhecimento é resultado da interação entre o que o sujeito observa e o sentido que fornece à coisa conhecida.” Concordando com a autora, sabemos que essa pesquisa é resultado do conhecimento e, conseqüentemente, é resultado da interação entre o sujeito e coisa conhecida, onde nosso objeto de estudo precisou ser desvendado.

Segundo Marconi e Lakatos (2006, p.83),

[...] o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros – traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.

Assim, o nosso método da pesquisa utilizado foi o Método Fenomenológico. Podemos considerar que trabalhamos com as Fontes Textuais (livros, documentos, leis, decretos,

ementas, teses). Esses documentos foram essenciais para aprofundarmos os estudos na área de políticas públicas e políticas arquivísticas, a nossa pesquisa foi muito interessante e completa, pois nos deu o alicerce que precisávamos e assim produzimos nossa pesquisa.

## 6- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve grande relevância na minha vida acadêmica, pois me fez ver a realidade dos arquivos, conhecer gestores, conviver com professores da UEPB e UFPB, entre outros que tive o prazer de conhecer de outras universidades e ex professores da UFPB, conheci nesta jornada grandes arquivistas de profissão, que são chamados de técnicos em arquivo, posso dizer que não encontrei obstáculos e sim portas abertas e olhares sinceros, pessoas que se dispuseram a passar a tarde inteira comigo só falando sobre o arquivo do qual trabalham, pessoas atenciosas pela nossa busca de informações. Posso considerar que encontrei amigos e todos sinceros na busca de informações para esta pesquisa.

Considero que esse tema tem poucas publicações e cada detalhe desta pesquisa digo que foi um achado, me debrucei entre teses de doutorado, pensei que não iria conseguir, chorei, me apavorei, mas o importante é que não desisti e consegui de uma linguagem muito rebuscada, trazer um entendimento em palavras de fácil entendimento, conseguindo dialogar entre doutores como Jardim e Silva. E digo, foi difícil, foi muito, mas aprendi muito com eles, estudei desde os primórdios dos arquivos, os primeiros arquivos internacionais, os antes de Cristo, os depois de Cristo e digo me apaixonei intensamente pelos textos, como sou apaixonada pelos arquivos!

Gostaria de falar aqui que nunca tinha lido tantos livros, para falar de um assunto só, e digo mais, as leituras me fizeram sair de mim e imaginar cada arquivo de cada país, fui ao Arquivo Histórico que é chamado de Acervo Histórico Waldemar Duarte, conversei com o gestor Sr. João Pedro Pereira da Silva, o qual pesquisamos juntos os nomes que recebeu a nossa capital João Pessoa, fui ao Arquivo da GOARD-Gerência Operacional de Arquivo e Documentação, da Secretaria do Estado da Administração, conversei com o gestor Sr. Oscar Luiz Duarte Coelho, que me deu total atenção e tirou todas as minha dúvidas de onde foi localizado o primeiro arquivo do estado da Paraíba até chegar na FUNESC.

Fui e posso dizer vou lá até hoje, chamo de segunda casa fora a UEPB a Fundação Casa José Américo, pois foi lá com os ensinamentos da Professora Irene Rodrigues da Silva Fernandes diretora do Arquivo dos Governadores, por ter deixado no primeiro evento de Arquivologia, eu ficar como ouvinte e ter me deixado participar até hoje da Comissão do Arquivo Público do Estado da Paraíba, são quatro anos de pesquisa, fora os anos de estudo dos professores que participam da Comissão e eu posso dizer aprendi muito com vocês e aprendo até hoje. As orientações da minha fiel orientadora Esmeralda Porfírio de Sales, seus estimados livros estiveram comigo. As dicas do Professor Eutrópio, que aprendo cada dia mais com ele. A minha querida Professora Anna Carla da Silva Queiroz pelos ensinamentos da sua disciplina de Políticas Arquivísticas. Essa banca foi escolhida a dedo e digo escolhi vocês pelo respeito que tenho por cada um e sei que são extremamente capacitados nesse tema que escolhi, pois falar de Políticas Arquivísticas no Estado da Paraíba, é bem complicado e ao mesmo tempo louvável para uma simples aluna de graduação do curso de Arquivologia, Paraibana com muito orgulho!



Buscamos os Decretos, a Leis, falamos do Arquivo Nacional, do CONARQ. Estudamos até orçamentos para entender se existe investimento na área de Políticas Públicas dentro da Arquivologia.

Falamos de datas que desde 1976, que a UFPB tenta criar junto com o Arquivo Nacional o Arquivo Público da Paraíba, mas até a presente data não obtivemos sucesso.

Consideramos que essa pesquisa tem que ter uma continuidade, sabendo que é de suma importância não só para os arquivistas, mas para toda sociedade paraibana, saber sobre nossa memória, nossa história e se ela está sendo salvaguardada de forma adequada, pois temo-la como a memória de povo, povo esse paraibano e ela está presente nos documentos de arquivo, nos livros de história, dentro dos Arquivos Históricos, dos Arquivos dos Governadores, nos Arquivos Pessoais, nos Arquivos Administrativos, em sumo dentro dos documentos que serão lembrados por toda nossa existência.

A jornada foi difícil, pois trabalhar e estudar em áreas totalmente diferentes não é nada fácil, mas digo sempre, que o querer é quem faz o ser humano, pois ele arranja brechas onde não tem e digo essa monografia foi quase toda feita no meu trabalho, era trabalhando, parando, atendendo e voltando de onde tinha parado. Foi um desafio grande, e como eu sempre digo os sonhos viram realidade. O importante é querer, tentar e mesmo com as dificuldades, com as perdas, saber que tentou e se erguer e tentar novamente espero continuar a pesquisa. E o segredo é nunca desistir e sempre seguir em frente, e sempre encontraremos pedras em nosso caminho, mas cada pedra vem com um ensinamento, para nunca tropeçarmos novamente. E que venham as próximas pesquisas e estudos das Políticas Públicas do Estado da Paraíba!



## REFERÊNCIAS

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. Tradução: Paulo Neves, 4. edição. São Paulo. Editora WMF Martins Fontes, ano 2010.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli, **Arquivos Permanentes**: Tratamento Documental. 4. ed. Editora: FGV, ano: 2006. Rio de Janeiro.

BRASIL. Lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991. República Federativa do Brasil. CONARQ, Legislação Arquivística Brasileira.

BRASIL. Decreto 2.134, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a categoria dos documentos públicos sigilosos e o acesso a eles, e dá outras providências. D.O.U. 27/01/1997.

BRASIL. Decreto 4.073, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. D.O. U. de 04/01/2002.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução: Beatriz Sidou, São Paulo. Editora: Centauro, ano 2006.

MARIZ, Anna Carla Almeida. **A informação na internet**: Arquivos públicos brasileiros. 1ª edição. Editora: FGV, ano 2012. Rio de Janeiro.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais**: Um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos. 2ª edição. Editora: ATLAS S.A, ano 2009. São Paulo.

RODRIGUES, Rui Marinho. **Pesquisa Acadêmica**: como facilitar o processo de suas etapas. Editora: ATLAS, ano: 2007. São Paulo.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução: Alain François [...et al.]. Campinas, SP. Editora: Unicamp, ano 2007.

SILVA, Sérgio Conde de Albite Silva. **A Preservação da Informação Arquivística Governamental nas Políticas Públicas do Brasil**. Editora: AAB/FAPERJ, ano: 2008. Rio de Janeiro

SCHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos Modernos: Princípios e Técnicas**. 6ª edição. Editora: FGV, ano: 2006. Rio de Janeiro.